

<a href="#">Acórdãos STA</a>	Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo
Processo:	0983/09
Data do Acórdão:	18-02-2010
Tribunal:	2 SECÇÃO
Relator:	DULCE NETO
Descritores:	CONTRA-ORDENAÇÃO FISCAL CÚMULO JURÍDICO
Sumário:	<p>I - Por força do artigo 113.º da Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro [Orçamento do Estado para 2009], que deu nova redacção do artigo 25.º do RGIT, a regra do cúmulo material das contra-ordenações tributárias em concurso foi substituída pela regra do cúmulo jurídico.</p> <p>II - E porque esse regime se apresenta abstractamente mais favorável ao arguido, deve ser aplicado sempre que as coimas aplicadas a cada uma das contra-ordenações ainda não tenham sido cumpridas.</p>

Nº Convencional:	JSTA000P11485
Nº do Documento:	SA2201002180983
Recorrente:	A...
Recorrido 1:	FAZENDA PÚBLICA E OUTRO
Votação:	UNANIMIDADE

Aditamento:

▼ **Texto Integral**

Texto Integral:	<p><b>Acordam na Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo:</b></p> <p><b>1.</b> A..., S.A., recorre para o Supremo Tribunal Administrativo da decisão que o Tribunal Tributário de Lisboa proferiu em 30 de Dezembro de 2008 no recurso judicial interposto da decisão administrativa que aplicou à arguida uma coima única no montante de €25.956,60 por força do cúmulo material das coimas de €14.076,00 e € 11.880,60 aplicadas, respectivamente, no processo de contra-ordenação fiscal n.º 3247200506033539 e apenso n.º 3247200506033547.</p> <p>Rematou as alegações de recurso com as seguintes conclusões:</p>
-----------------	---

A- Tendo sido notificada em 8 de Janeiro de 2009 da decisão recorrida proferida pelo Tribunal Tributário de Lisboa, no âmbito do recurso de contra-ordenação n.º 2834/06.3 BELSB, a ora Recorrente vem pelo presente interpor recurso dessa sentença para o Supremo Tribunal Administrativo.

B- Uma vez que o prazo para a referida interposição apenas termina no dia 28 de Janeiro de 2009, o presente recurso deve considerar-se tempestivo.

C- O objecto do presente recurso respeita unicamente a matéria de direito, em especial à aplicação retroactiva de regime mais favorável.

D- Nestes termos, a decisão recorrida sustentou, nos termos do disposto no artigo 25.º do RGIT, a exclusão da regra da cumulação jurídica, pelo que as três coimas em que foi condenada a Recorrente deveriam ser cumuladas materialmente.

E- De facto, de acordo com o previsto no artigo 25.º do RGIT, na versão vigente antes da alteração introduzida pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, que aprovou o OE para 2009, existindo concurso de contra-ordenações, “as sanções aplicadas (...) são sempre cumuladas materialmente”

F- Contudo, o artigo 113.º do OE para 2009 eliminou o regime da acumulação material das coimas, consagrando a solução do cúmulo jurídico para efeitos de determinação da coima única a aplicar. De tal forma que, o regime de concurso agora previsto no RGIT e inteiramente sobreponível ao previsto no artigo 19.º do RGCO.

G- O regime actualmente vigente no RGIT substancialmente mais favorável para o arguido quando comparado com o anterior regime assente na acumulação material das coimas.

H- De acordo com o regime da acumulação material (o que foi aplicado no âmbito da decisão recorrida e posteriormente revogado pelo OE para 2009), e atentos os valores de cada uma das três coimas parcelares em que foi condenada a Recorrente, esta seria condenada no pagamento de uma coima única no valor global de **€ 38.281,60.**

I- Por sua vez, de acordo com o novo regime de cumulação jurídica das coimas concretamente aplicáveis, a Recorrente incorre no pagamento de uma coima a fixar entre o limite mínimo de **€14.076,00**, e o limite máximo de **€30.000,00.**

J- Inferindo-se do exposto que, a coima concreta a fixar dentro dos limites identificados será sempre menor que o montante resultante da acumulação material.

K- Assim, o novo regime agora consagrado é claramente mais favorável.

L- Dispõe o n.º 2 do artigo 3.º do RGCO que, “Se a lei vigente ao tempo da prática do facto for posteriormente modificada, aplicar-se-á a lei mais favorável ao arguido, salvo se este já tiver sido condenado por decisão definitiva ou transitada em julgado e já executada”.

M- Ora, como prescreve a jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo, e, uma vez que a decisão recorrida ainda não transitou em julgado, há que aplicar o disposto na nova redacção do artigo 25.º do RGIT, porque claramente mais favorável ao arguido Recorrente.

**1.2.** O Exm.º Procurador Geral Adjunto em funções no Tribunal Tributário de Lisboa apresentou contra-alegações, que finalizou com as seguintes conclusões:

a. A situação objecto dos autos é regulada pelo disposto no art.º 25.º do RGIT;

b. Após a prolação da douda sentença e antes do seu trânsito em julgado, entrou em vigor a nova redacção dada ao artigo 25.º do RGIT pela Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, ao art.º 25.º do RGIT;

c. Relativamente ao anterior regime, o novo regime do artigo 25.º do RGIT é mais favorável à arguida;

d. Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 3.º do Dec. Lei n.º 433/82, de 27/10, ex vi al. b) do art.º 3.º do RGIT, na situação dos autos, deve ser aplicado o disposto no art.º 25.º do RGIT, na sua actual redacção.

e. O recurso jurisdicional é procedente.

**1.3.** O Exm.º Magistrado do Ministério Público junto deste Supremo Tribunal emitiu parecer no sentido de que devia ser concedido provimento ao recurso.

**1.4.** Colhidos os vistos dos Exm.ºs Juízes Conselheiros Adjuntos, cumpre decidir.

\* \* \*

**2.** Na decisão recorrida foi fixada a seguinte matéria de facto:

1. Em 16 de Novembro de 2003, foi levantado o auto de notícia de fls. 2 contra a recorrente, imputando-lhe a prática de uma infracção prevista e punida nos arts. 26.º, n.º 1 e 40.º, n.º 1, alínea a), do CIVA e 114.º, n.º 2 e 26.º, n.º 4, do RGIT, porquanto, exercendo a actividade com a CAE 051430, e registada em IVA no regime normal de

periodicidade mensal, não entregou simultaneamente com a declaração periódica que apresentou fora do prazo legal, a prestação tributária necessária para satisfazer totalmente o imposto exigível, no montante de Euros 281.518,76.

2. Por despacho do chefe de finanças de Lisboa 2, por delegação de competências, datado de 4 de Julho de 2006, foi proferida a decisão sob recurso, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzida, através da qual a reclamante foi condenada ao pagamento uma de coima única no montante de Euros 25.956,60 (cf. fls. 18 a 20, dos autos).

3. A recorrente foi notificada da decisão referida no ponto anterior em 11 de Julho de 2006 (cf. fls. 22 e A/R anexo, dos autos).

\* \* \*

3. O inconformismo do Recorrente, integrante do objecto do presente recurso jurisdicional, reconduz-se à questão de saber a decisão recorrida enferma de erro de aplicação e de interpretação do direito ao desatender a pretensão formulada pela arguida, ora Recorrente, no sentido de que lhe fosse fixada, em cúmulo jurídico, uma coima única resultante do concurso das infracções subjacentes ao presente processo de contra-ordenação fiscal (n.º 3247200506033539 e apenso n.º 3247200506033547), bem como ao processo de contra-ordenação fiscal n.º 3247200506043666, o qual deveria ser apensado a estes autos para o aludido efeito.

Tal pretensão da arguida foi julgada improcedente na decisão recorrida com o argumento de que as sanções aplicadas em processo de contra-ordenação fiscal são sempre cumuladas materialmente, o que exclui a pretendida cumulação jurídica e, consequentemente, a solicitada apensação. Em sustentação dessa tese, afirmou-se que não há «*relativamente às contra-ordenações tributárias, o cúmulo jurídico das coimas que resulta do art. 19.º do RGCO, o que se justifica “pela importância fundamental para o funcionamento das instituições públicas que têm os créditos fiscais e as fortes razões de prevenção geral que a amplitude e a frequência da prática de contra-ordenações tributárias faz sobressair” (LOPES DE SOUSA, Jorge, e SANTOS, Manuel Simas - Regime Geral das Infracções Tributárias, anotado, 3ª edição, Lisboa, Áreas editora, 2008, pág. 284)*» e invocou-se a doutrina contida no acórdão do TCA Sul de 27/11/2007, no recurso n.º 01804/07.

Assim, a questão que urge resolver é a de se saber qual o regime de punição do concurso de contra-ordenações fiscais: se o regime do cúmulo material, se o regime do cúmulo jurídico.

Em primeiro lugar, convirá recordar que o Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, que consagra o regime geral do ilícito de mera ordenação social (RGCO), é lei subsidiária em relação ao Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT), por força do disposto no artigo 3.º, alínea b) deste regime legal. E que o artigo 3.º desse Decreto-Lei n.º 433/82 estabelece o seguinte:

### **Artigo 3º**

#### **Aplicação no tempo**

1 - A punição da contra-ordenação é determinada pela lei vigente no momento da prática do factor ou do preenchimento dos pressupostos de que depende.

2 - Se a lei vigente ao tempo da prática do factor for posteriormente modificada, aplicar-se-á a lei mais favorável ao arguido, salvo se este já tiver sido condenado por decisão definitiva ou transitada em julgamento e já executada.

3 - Quando a lei vale para um determinado período de tempo, continua a ser punida a contra ordenação praticada durante esse período.

Este preceito, que preconiza a possibilidade de aplicação da lei posterior mais favorável ao arguido, ainda que em relação a decisões transitadas mas não executadas, está em consonância com o disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Código Penal Sendo o Código Penal subsidiariamente aplicável no que respeita à fixação do regime substantivo das contra-ordenações fiscais por força do artigo 32.º do DL n.º 433/82, de 27 de Outubro. na alteração produzida pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro Que procedeu à vigésima terceira alteração ao Código Penal de 1982., acolhendo a regra constitucional plasmada no artigo 29.º da Constituição da República Portuguesa de que *«Ninguém pode sofrer pena ou medida de segurança mais grave do que as previstas no momento da correspondente conduta ou da verificação dos respectivos pressupostos, aplicando-se retroactivamente as leis penais de conteúdo mais favorável ao arguido»*.

No caso *sub judice*, tanto na altura em que foram praticadas as infracções tributárias que originaram os aludidos processos contra-ordenacionais, como altura em que foi proferida a decisão recorrida, vigorava o artigo 25.º do Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT),

na redacção conferida pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, que impunha, expressa e claramente, o cúmulo material das coimas ao estabelecer que «*As sanções aplicadas às contra-ordenações em concurso são sempre cumuladas materialmente*».

Todavia, por força do artigo 113.º da Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro [Orçamento do Estado para 2009], esse preceito do RGIT passou a ter a seguinte redacção, vigente desde 1 de Janeiro de 2009:

#### **ARTIGO 25.º**

##### ***Concurso de contra-ordenações***

1 - Quem tiver praticado várias contra-ordenações é punido com uma coima cujo limite máximo resulta da soma das coimas concretamente aplicadas às infracções em concurso.

2 - A coima aplicável não pode exceder o dobro do limite máximo mais elevado das contra-ordenações em concurso.

3 - A coima a aplicar não pode ser inferior à mais elevada das coimas concretamente aplicadas às várias contra-ordenações.

Donde resulta, nitidamente, que a regra do cúmulo material foi substituída pela regra do cúmulo jurídico, pois que quem tiver praticado várias contra-ordenações é punido com uma coima única com o valor máximo da soma das coimas aplicadas, desde que este não ultrapasse o dobro do limite máximo mais elevado das contra-ordenações em concurso e o valor mínimo correspondente ao valor da mais elevada das coimas concretamente aplicadas às várias contra-ordenações.

E porque esse regime se apresenta abstractamente mais favorável ao arguido, deve ser aplicado sempre que as coimas aplicadas ainda não tenham sido cumpridas.

Por conseguinte, é inequívoco que a arguida, ora Recorrente, tem o direito de requerer que se pondere a aplicação do novo regime ao concurso de infracções subjacentes ao presente processo de contra-ordenação n.º

3247200506033539 (apresentação fora de prazo da declaração periódica de IVA relativa a período de 2003/03) e seu apenso n.º 3247200506033547

(apresentação fora de prazo da declaração periódica de IVA relativa a período de 2003/02), bem como ao processo de contra-ordenação n.º 3247200506043666

(apresentação fora de prazo da declaração periódica de IVA relativa a período de 2003/06) e o direito de requerer que se proceda à apensação deste processo para os

aludidos efeitos.

Nesta conformidade, impõe-se a revogação da decisão recorrida e a baixa dos autos ao tribunal de 1ª instância para que aí seja efectuada a requerida apensação e proferida decisão de aplicação de uma coima única à arguida nos termos do artigo 25.º da RGIT na redacção dada pelo artigo 113.º, da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

\* \* \*

**4.** Face ao exposto, acordam os juízes da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo em conceder provimento ao recurso, revogar a decisão recorrida e ordenar a baixa do processo à 1ª instância para que aí seja efectuada a requerida apensação e proferida nova decisão que tenha em conta o regime previsto no artigo 25.º da RGIT na redacção dada pelo artigo 113.º, da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Sem custas.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2010. *Dulce Neto* (relatora) –  
*Pimenta do Vale - Valente Torrão*.